

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

115

INSCRIÇÕES 492 - 495



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES
SECÇÃO | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

2014

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista *CONIMBRIGA*, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado *VBI ERAT LVPA*, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

Instituto de Arqueologia
Secção de Arqueologia | Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Palácio de Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



MARCO DE TEODÓSIO EM COJA (ARGANIL)
 (*Conventus Scallabitanus*)

Está na vila de Coja, hoje sede da União das Freguesias de Coja e Barril de Alvapo, concelho de Arganil, na capela de Nossa Senhora da Ribeira, um marco cilíndrico de granito róseo local, incompleto na parte inferior.¹

Dimensões: altura – 77 cm; diâmetros – superior 29, inferior 39.

D(*omini*) N(*ostri duo*) [*sic*] / FLA(*vius*) / THEV/DOSIVS
 [*sic*] / PERPE/[TVVS [AVG(*ustus*)] [...]

Altura das letras: l. 1: 7,57/9,12; l. 2: 8,01/9,20; l. 3: 8,01/9,85; l. 4: 7,41/10,42; l. 5: 10,25/10,65; l. 6: ?² Espaços: l. ?; 2: 3,20; 3: 3,94; 4: 4,37; 5: 3,33; 6: 4,8; 7: ?

Caracteres gravados com irregularidade, o que se compreende tendo em conta a natural dificuldade de escrita num

¹ Foi dado a conhecer por António A. da Cunha Marques: *Carta Arqueológica da Serra do Açor*, Coimbra, 1992, p. 15 e 28-29. O trabalho foi efectuado para o então Serviço Nacional de Parques e esteve (ou está) disponibilizado na Internet (não se consegue aceder ao sítio para que somos encaminhados: http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/F2827155-83A6-4219-B67D-8AA0C57078F8/0/PPSACarta_Arqueologica_1992.pdf)

² As letras foram medidas não na vertical, como é hábito, mas, atendendo ao seu traçado, na oblíqua, portanto (caso do S, por exemplo).

suporte cilíndrico e de granito. Não houve paginação prévia nem, decerto, desenho das letras a preceder a sua gravação. Vejam-se os NN, que parecem gravados à mão levantada; os SS muito lançados e maiores do que os demais caracteres; as barras dos EE não paralelas; o A de hastes não rectas e barra também encurvada, *ductus* que igualmente se observa no L antecedente; o O minúsculo da l. 4... Na l. 3, U em vez de O constituirá apenas lapso de leitura da minuta, sem outro significado aqui, embora, em «grammatica quaedam» (CIL II, p. 1184, 2ª coluna), Hübner assinale outros casos de «U pro O».

A primeira questão que se coloca é a ocorrência inicial de DD NN, a indiciar a intervenção de dois imperadores. Estaria a identificação do segundo na parte que falta, não nos sendo possível, de momento, por falta de paralelos, optar por Valentiniano II (375-392), Máximo (383-388), Flávio Vítor (384-388) ou mesmo Eugénio (392-394), que Teodósio, no decorrer do seu longo reinado (379-395), foi associando ao poder.

A identificação de Teodósio não se nos afigura passível de contestação. Como René Cagnat assinala,³ a sua normal identificação nas epígrafes é IMP CAESAR FLAVIVS THEODOSIVS AVG; mas não é raro serem os dois primeiros nomes substituídos, logo a partir do século III, pela invocação D(*ominus*) N(*oster*), sintoma, como se sabe, de uma nova concepção do poder. Por outro lado, ainda que pudéssemos pensar em esboramento da superfície que tivesse levado as sílabas VIVS, a abreviatura FLA(*vius*) aceita-se sem dificuldade. O que vem a seguir poderia sugerir SEMPER AVGVSTVS.⁴ Curiosamente, porém, o único testemunho a este imperador registado na desatualizada, mas sempre útil, antologia de Vives,⁵ tem o n.º 5931 e refere-se ao escudo de prata de Almendralejo (Badajoz), que traz na face principal: *dn. Theodosius perpet. aug.*

³ CAGNAT (René), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 41914, p. 248.

⁴ Poderíamos aduzir como paralelo o miliário de Constantino I (CIL II 4878, <http://eda-bea.es/>, N.º de registo 10418), identificado no termo de Burgos, em cujo Museo Arqueológico Provincial está depositado: D(omino) n(o)stro) / Cons[er]vanti/no pe[r]petuo / sempe[r] / Aug(usto).

⁵ VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, Universidad, 1971 e 1972.

ob diem felicissimum X. A opção que perfilhamos pode ter, pois, aí a sua justificação.⁶ Em <http://eda-bea.es/>, N.º de registo 18 005, encontramos a outra referência peninsular ao imperador Teodósio, em dedicatória, de Gerona, a Constantino e a Teodósio, por esta ordem, sendo os respectivos nomes precedidos singularmente por D. N.

Hesitamos em classificar o marco como miliário. Primeiro, dada a aparente ausência de intervenções viárias na Hispânia ao tempo deste imperador;⁷ depois porque, além de desconhecermos como terminava a epígrafe, o claro nominativo apresenta o imperador – ou os imperadores – como agentes de uma acção. Pode ser, na verdade, a construção ou reparação de uma via. O marco terá sido deslocado, há muito, do contexto original e há, pois, que estar atento a informações eventualmente contidas em documentação referente, por exemplo, à própria capela. Se ligado a uma obra viária, haveremos de o situar numa das estradas de ligação a *Aeminium*; se relacionável, ao invés, com qualquer outro monumento romano, dir-se-á que a região tem fornecido elementos mais do que suficientes⁸ para ser considerada de significativa relevância, que esta epígrafe veio seguramente aumentar.

Poder-se-á, porém, tentar uma contextualização mais precisa.

Na verdade, mesmo não se sabendo o local exacto de onde provém, é admissível que o marco não tenha sido trazido de muito longe. Vale do Carro, estação romana importante, distante pouco mais de 500 metros em linha recta, poderia ter sido o seu local de origem, como sugeriu António Marques. A ausência de escavação não permite definir qual a exacta tipologia e categoria

⁶ Em HEP 7 1997 30, sintetiza-se a discussão gerada em torno desta importante epígrafe; contudo, essa discussão prende-se com outros aspectos (data e identificação das personagens), não pondo em causa a interpretação *perpetuus Augustus*.

⁷ Pierre Sillières não se lhe refere no âmbito da Hispânia meridional: cf. *Les Voies de Communication de l'Hispanie Méridionale*, Paris, 1990.

⁸ Cf. ALARCÃO (Jorge de), LOPES (Maria Conceição) e MOURA (Maria Helena), «As origens do povoamento na bacia do Alva», *Arqueologia* 12 1985 184-194, sobretudo nas pp. 189-190, em que se aponta a hipótese de traçado de uma via romana por ali.

do estabelecimento aí existente em época romana, porventura uma pequena *mansio* à beira da estrada com a qual o marco estaria relacionado. Vale Moleiro, em Alqueve, a cerca de 1,5 km, afigura-se outra hipótese, um ponto onde, ainda hoje, se cruzam velhas estradas e caminhos da serra e que ligam o litoral à Serra do Açor, e onde se detectaram vestígios romanos; o marco seria um deles, a assinalar essa passagem.

Não deve, todavia, excluir-se a possibilidade de localização original mesmo em Nossa Senhora da Ribeira, cuja antiguidade se conhece e que corresponde a um ponto na margem de uma via romana. Nesse caso, o marco, afinal, não teria sido muito afastado.

De qualquer modo, cremos que estaria numa via que, embora secundária, constituía um percurso fundamental para a ligação entre eixos viários principais como o de *Olisipo* a *Bracara Augusta* e o que, passando por Viseu, se dirigia à capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*.

Tradicionalmente, os estudos sobre as vias romanas excluíam qualquer via importante ou ramal a passar em Coja.⁹ Bobadela, a capital, centrava em si os eixos nevrálgicos e os pontos nodais que organizavam a mobilidade regional e a relação desta com a rede de estradas provinciais. Nesta região, a ligação entre as vias de Lisboa a Braga e de Braga a Mérida sempre se definiu a partir da estrada de *Aeminium* (Coimbra) a Bobadela, via Porto da Raiva. Chegada a Bobadela, a via continuava e, passando pelo Castro de S. Romão, em Seia, e por Gouveia, seguiria para o outro lado da Serra da Estrela, até à região do Fundão, onde encontraria a via imperial de Mérida.¹⁰ António Marques, contudo, apontou a possibilidade de a travessia para a zona de Idanha, ao encontro da estrada imperial que levava a Mérida, se fazer pela Serra do Açor, tendo Coja como ponto importante nessa passagem. Desta sorte, a existência, em tempos tardios do Império Romano, de uma via

⁹ Cf., a título de exemplo, MANTAS (Vasco), «A rede viária do convento escalabitano», in *La Red Viaria en la Hispania Romana*, Saragoça, 1990, p. 227. No seu recente trabalho – MANTAS (Vasco Gil), *As Vias Romanas da Lusitânia* [Série *Studia Lusitana* n.º 7], Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2012 – a problemática desta via secundária também não é abordada.

¹⁰ ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, p. 104-105.

que passava pela Senhora da Ribeira justifica-se pelo facto de permitir fazer com lógica a ligação da região do Médio e Baixo Mondego à ora chamada “Cova da Beira” e à citada via imperial, contornando a serra pelo sul.

Traçar-lhe o percurso desde *Aeminium* não é fácil. Tanto poderia passar pelo Porto da Raiva como por Ponte da Mucela, dirigindo-se, em seguida, para Pombeiro da Beira, Arganil, Mosteiro, Alqueve, Vale do Carro e Coja. É possível pensar-se na continuação do traçado passando pelo Alto da Benfeita, Moura da Serra, Porto da Balsa, Covanca e Fundão até Capinha e, depois, em direcção à região da Idanha-a-Velha. De recordar que, até muito recentemente, as ligações na Serra do Açor e a transposição para a Covilhã e a Cova da Beira se faziam precisamente por uma velha estrada que passava por Porto da Balsa, Fajão e Paul; há ainda lembrança das caravanas de machos e carros de bois que percorriam este “caminho”, para comerciar produtos como sal, louças, presuntos, enchidos...

Em suma: a possibilidade de o marco estar num nó onde a via prosseguisse na direcção já referida e, também, num lanço em direcção a Bobadela, capital de *civitas*, dá ainda mais sentido a essa capilaridade viária.

O marco da Senhora da Ribeira constitui, assim, inovador contributo para o conhecimento e a recomposição da rede viária do Baixo Império nesta região da Lusitânia e, dada a natureza da legenda e a sua localização numa via secundária, testemunha interessantes modos de comunicação entre os imperadores e as comunidades.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO LOPES

